

**SEMINÁRIOS DA  
CULTURA**



**2º RODADA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL – PNAB  
2024  
GOVERNO DO ESTADO AMAZONAS  
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA**

**ATA DA 8ª REUNIÃO DA 2º RODADA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARTE PARA ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.** Aos 13ª (décimo terceiro) dias do mês de junho de 2024, às 19:00h, reuniram-se, de forma presencial e virtual no Cine Teatro Guarany, cito Av. Sete de Setembro - Centro, Manaus - AM, 69010-005, conforme divulgação em redes sociais e no Portaldoam publicada no dia 05/06/2024, sob coordenação e mediação dos assessores de políticas culturais **ANNE Paiva de Alencar (SEC)**, **Maria LUCIANE Coêlho Ituassú da Silva (SEC)** e **THIAGO Hermido da Silva (SEC)**, tendo como secretária **JENNYFER Balbi e Silva (CONEC)**, como apoio à mediação **LAÍS Bivar (Economia Criativa)** e como interpretes de LIBRAS, **RAQUEL Nagata e THAYNÃ Lira**. O encontro contou com a presença nos termos da lista anexa de participantes presentes e virtuais, os quais participaram pelo aplicativo Microsoft Teams (via link distribuído via redes) e pelo Youtube (via canal “culturadoam”). Para ouvir os representantes do segmento de **CULTURA POPULAR** do estado do Amazonas. A equipe decidiu aguardar quórum até às 19:30h para dar início aos trabalhos. O início dos trabalhos ocorreu com a mediadora Luciane Ituassú, que iniciou a sessão com uma fala de boas-vindas. Ela comunicou que aquela seria a segunda rodada de conversas com o segmento de CULTURA POPULAR para a elaboração dos editais específicos. Além disso, informou que os Editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) estavam em processo de elaboração há cerca de um mês. Apresentou-se como integrante da Assessoria de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura, onde os servidores também oferecem apoio ao fundo estadual de estrutura responsável pela gestão dos recursos pelo Conselho Estadual de Cultura. Ela destacou ser uma mulher indígena, com altura de 1,69m, cabelos castanhos com um pouco de louro até os ombros, vestindo um vestido azul longo e calçado aberto na cor clara, além de usar óculos e ter olhos castanhos escuros. Luciane também mencionou que não sabia se todos já haviam tido a oportunidade de conhecer ou entender a PNAB. explicou que a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura foi criada pela Lei 14.399 de 2022 como uma iniciativa do governo federal. Ela visa fortalecer a diversidade cultural, assegurar o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos e promover o desenvolvimento sustentável do setor cultural no Brasil. Entre os objetivos da política estão estimular ações culturais por meio de apoio e fomento, garantir financiamento e manutenção através de suporte financeiro para ações e espaços culturais, promover iniciativas de artistas culturais provendo recursos para produção, registro, gestão e difusão cultural. Além disso, a política busca democratizar o acesso à produção e fruição cultural, facilitando o acesso da população a essas atividades. explicou que é importante

entender o "local de fala" e o "lugar de fala" das pessoas na mesa, apoiando políticas e programas culturais por meio do financiamento de ações e projetos conforme os planos de cultura dos estados, municípios e Distrito Federal. Ela mencionou que sempre aborda o status do plano estadual de cultura, destacando que após a conferência estadual e nacional, o estado do Amazonas está em processo de elaboração do seu plano. Até o momento, foram recebidas 394 propostas, e uma comissão do conselho estadual de cultura foi instituída para filtrar essas propostas e reduzi-las, alinhando-as ao Plano Nacional de Cultura. Também destacou a necessidade de receber a minuta do plano nacional para entender melhor o processo. Explicou que o processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura não é rápido, mas sim demorado, e que a expectativa é publicá-lo ainda este ano. Ela destacou que o plano estabelece diretrizes para a prestação de contas e normas de transparência para os projetos, incluindo os de audiovisual, sob as leis de incentivo à cultura. Luciane esclareceu que a expressão "prestação de informações" na legislação se refere à prestação de contas. Em relação aos recursos destinados às ações da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), informou que o governo federal está investindo aproximadamente 3 bilhões de reais em todo o Brasil no setor cultural. Para o estado do Amazonas, esse montante chega a mais de 65 milhões de reais quando somados os valores de estados e municípios. Especificamente para o Amazonas, através do Fundo Estadual de Cultura (FEC), o recurso disponível é de R\$ 38.498.834. Ela explicou que esse valor representa o montante destinado para financiar diversas iniciativas culturais no estado. Mencionou que na primeira escuta realizada no final de maio no Sambódromo, os participantes tomaram conhecimento do que a Dra. Anne carinhosamente apelidou de "pizza", referindo-se aos diferentes recortes de distribuição de recursos. Ela explicou que o percentual maior, de 67% na cor roxa, é destinado ao fomento cultural, totalizando R\$ 25.761.537,93. A escuta atual tinha como objetivo detalhar essa parte específica do fomento cultural, que é onde serão trabalhados os editais para os diversos segmentos culturais. Esclareceu que outros objetos como Pontos de Cultura e Pontões de Cultura terão editais e escutas separadas, sendo tratados de forma distinta dos editais de fomento. Ela também mencionou que haverá um edital específico para subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais, onde será possível financiar despesas como aluguel, contas de luz e serviços prestados dentro das associações culturais. Para obras, reformas e aquisição de bens culturais, explicou que a execução será exclusivamente pelo estado do Amazonas, sendo responsabilidade do poder público local realizar essas iniciativas. Disse que não será possível abrir editais para que as pessoas concorram diretamente aos recursos, pois será necessário seguir o processo licitatório estabelecido. O estado terá que realizar licitações para poder executar esses recursos, conforme determina a legislação. A execução dos recursos está sendo discutida com o conselho estadual, que é responsável pela gestão do fundo, e estão avaliando quais equipamentos culturais do estado podem ser melhorados para beneficiar a classe cultural, tanto na capital Manaus quanto no interior. Em relação ao custo operacional, Luciane explicou que a legislação permite que o estado ou município utilize até 5% do valor total do recurso para cobrir despesas operacionais relacionadas à implementação dos projetos culturais. Mencionou que no ano passado, durante a implementação da Lei Paulo Gustavo, o estado optou por não utilizar os 5% permitidos para custos operacionais. Em vez disso, esse valor foi direcionado para aumentar os montantes dos editais, oferecendo como contrapartida oficinas e buscas ativas realizadas pelos avaliadores. Este ano, conforme a orientação do conselho, os 5% serão utilizados conforme estabelecido pela

legislação. Esses recursos serão aplicados em busca ativa e oficinas de capacitação. A preocupação é alcançar tanto a capital quanto o interior do estado, promovendo essas iniciativas para mapear os artistas locais e oferecer capacitação através das oficinas mencionadas. Luciane explicou as diversas possibilidades que a Política Nacional Aldir Blanc oferece para a execução dos recursos recebidos, destacando que há uma ampla gama de opções disponíveis. Entre as atividades exemplificadas estão exposições, festivais, festas populares, espetáculos, circulação de obras, formação e cursos, especializações, pesquisas, bolsas, intercâmbios, residências artísticas, aquisição de obras de arte, insumos e equipamentos, preservação e digitalização de acervos, criação de conteúdos digitais, desenvolvimento de jogos eletrônicos, filmes, vídeos, entre outros. Além das possibilidades mencionadas, Luciane ressaltou que é importante compreender as restrições impostas pela PNAB, as quais ela se referiu como "vedações". Disse que as vedações relacionadas à participação dos proponentes nos editais da PNAB no estado do Amazonas. Ela enfatizou que é fundamental que os proponentes residam no estado do Amazonas para poderem concorrer aos editais. Isso significa que é obrigatório apresentar um comprovante de residência válido no estado para se qualificar como proponente. Outra vedação importante mencionada por Luciane é a necessidade de registro no Cadastro Estadual de Cultura. Esse cadastro funciona como uma espécie de "porta de entrada" para os editais culturais do estado. Para participar, os proponentes devem estar cadastrados nesse sistema. Incentivou os interessados que ainda não possuem cadastro a procurarem a equipe especializada para obter assistência e realizar o registro necessário. Explicou detalhes adicionais sobre as vedações que os proponentes devem observar para participar dos editais da PNAB no estado do Amazonas. Ela enfatizou a importância de manter o cadastro atualizado para os que já estão registrados e a necessidade de fazer o cadastro para os novos interessados, pois sem ele não é possível participar dos editais. Uma das vedações mencionadas foi em relação aos servidores públicos. Esclareceu que, devido ao envolvimento da Secretaria de Estado de Cultura e da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural na elaboração e execução dos recursos, os servidores desses órgãos estão impedidos de participar como proponentes dos editais. No entanto, ela destacou que funcionários de outras secretarias estaduais, como da UEA ou da Casa Civil, podem participar normalmente. Também mencionou que a legislação do fundo especifica que membros do Conselho Estadual de Cultura não podem ser proponentes, mas que essa questão está sendo discutida pelo conselho, tendo sido feita uma consulta à Procuradoria Geral do Estado para esclarecer a possibilidade de participação futura desses membros como proponentes. Disse que estão aguardando uma resposta da Procuradoria Geral do Estado para poder fornecer um feedback sobre a possibilidade de membros do Conselho Estadual de Cultura participarem como proponentes nos editais da PNAB. Ela continuou destacando a continuidade das políticas afirmativas, semelhantes às implementadas na Lei Paulo Gustavo (LPG). Luciane mencionou que na LPG foram estabelecidas cotas para negros, indígenas e trans no edital de audiovisual, com diferenças percentuais entre eles. Houve um consenso de equiparar esses percentuais para indígenas e negros, visando uma distribuição mais igualitária. Na PNAB, o mesmo princípio está sendo aplicado, onde foi estabelecido que negros devem ter 25% de representação nas cotas, e agora também foi solicitado que indígenas tenham o mesmo percentual. Além disso, a PNAB incluiu um requisito de 5% para a reserva de cotas destinadas a pessoas com deficiência, demonstrando um compromisso com critérios de acessibilidade. Luciane comparou esse requisito com o da LPG, onde era obrigatório reservar 10% do orçamento de cada projeto para

acessibilidade. Explicou que na PNAB a observância à acessibilidade continua sendo um requisito importante nos projetos culturais financiados, embora não seja estabelecido um percentual específico como na Lei Paulo Gustavo (LPG). Isso dá liberdade para os proponentes trabalharem de maneira flexível, adaptando seus projetos para incluir acessibilidade de diversas formas. Isso pode incluir a contratação de pessoas com deficiência (PCD), facilitação de acesso para PCDs, construção de rampas, contratação de intérpretes de Libras ou legendagem de projetos audiovisuais, entre outras medidas. O próprio edital vai fornecer exemplos e modalidades de acessibilidade que os proponentes podem considerar e implementar em seus projetos. Ela também mencionou a Política de Continuidade, lembrando das ações emergenciais implementadas durante a Lei Paulo Gustavo e na Aldir Blanc 1 em 2020. Essas foram iniciativas destinadas a apoiar o setor cultural em momentos críticos, e agora a PNAB representa uma continuidade desses esforços, oferecendo suporte contínuo ao desenvolvimento cultural e à inclusão de políticas afirmativas nos projetos financiados. Destacou a diferença de abordagem entre ações emergenciais, como as implementadas anteriormente, e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Enquanto as ações emergenciais são destinadas a resolver crises de forma rápida, a PNAB foi concebida com um horizonte de cinco anos para distribuição de recursos. O objetivo principal da PNAB não é apenas apagar incêndios, mas sim promover uma continuidade que permita o desenvolvimento e fortalecimento dos segmentos culturais ao longo desse período. Ela usou o exemplo das escolas de samba presentes, sugerindo que essas instituições pensem no futuro do segmento cultural do samba daqui a cinco anos. Isso envolve desenvolver cursos, fomentar projetos, e promover mudanças significativas dentro do segmento. Mencionou que estão trabalhando com formação, capacitação, amostras culturais, e eventos de circulação para apoiar esse desenvolvimento contínuo. Ela também fez referência a uma bienal que foi discutida recentemente, mencionando a presença do conselheiro Dudson no processo. Esses eventos e iniciativas visam fortalecer e expandir o impacto positivo da cultura ao longo do período de cinco anos estabelecido pela PNAB. Destacou a importância da continuidade e da busca ativa tanto na Lei Paulo Gustavo (LPG) quanto na Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Na LPG, a busca ativa foi determinada como uma estratégia essencial, e na PNAB isso não será diferente. Ela explicou que a operacionalização dos recursos na PNAB inclui a busca ativa, que é fundamental para alcançar os interiores do estado e mapear onde os diferentes segmentos culturais e artistas estão localizados. Essa busca ativa consiste essencialmente em um mapeamento detalhado para identificar e entender as necessidades e potenciais do setor cultural. Além de proporcionar uma visão clara sobre a distribuição geográfica e as características dos artistas e grupos culturais, a busca ativa fornece dados concretos que são cruciais para pleitear mais recursos para a área da cultura. Esses dados são usados como base para argumentar por investimentos adicionais e para desenvolver políticas públicas mais eficazes e direcionadas ao setor cultural. Ressaltou a importância da busca ativa dentro do estado do Amazonas, especialmente em áreas periféricas. Na PNAB, uma novidade significativa é a exigência de que 20% dos projetos sejam desenvolvidos nessas áreas periféricas. No contexto do Amazonas, não há uma divisão clara entre áreas urbanas e rurais, pois ambas podem ser consideradas periféricas. Ela mencionou que estão em contato com o Ministério da Cultura para entender melhor como definir e mensurar esses locais, para poder fornecer um feedback mais preciso aos proponentes. Reconheceu a importância de ajustar o ritmo da apresentação conforme necessário para garantir que todos acompanhem. Por fim, ela destacou a

necessidade de construir a PNAB de forma colaborativa, considerando como os diversos segmentos culturais desejam trabalhar e alcançar resultados significativos para a cultura no estado do Amazonas. Chamou a Dra. Anne para se dirigir ao grupo e fez um lembrete importante para quem quisesse fazer perguntas ou se manifestar levantar a mão, pois havia uma transmissão online em andamento que exigia uso de microfone. Antes de passar a palavra para Anne, ela solicitou que fosse aberta a comunicação online, mencionando a presença da conselheira Lucimar, que representa a cadeira de Cultura Popular Ibérica. Então perguntou se a conselheira estava presente e podia ouvi-los. **Lucimar Marques**, conselheira estadual de Cultura Popular de Matriz Ibérica do Estado do Amazonas e representante nacional da região norte, participou da discussão durante a transmissão da PNAB. Ela estava conectada diretamente da cidade de Barreirinha, trajando uma camisa rosa e usando brincos de artesanatos indígenas, com cabelo preto ondulado e altura de 1,55m. Destacou a importância de refletir sobre os resultados dos editais da LPG para orientar os futuros editais da PNAB, especialmente no contexto da cultura popular, que contrasta com segmentos como o audiovisual, conhecido por sua natureza altamente técnica. Destacou a necessidade de editais diferenciados para o segmento da cultura popular, especialmente para os festejos, onde muitos mestres e mestras não possuem o conhecimento técnico necessário para elaborar projetos complexos. Ela enfatizou a importância de tornar os processos mais acessíveis e pacíficos para esse grupo. Concluiu sua intervenção expressando disponibilidade para mais contribuições e agradecendo a oportunidade de participar. **Luciane Ituassú** solicitou que o Conselheiro Dudson, representante estadual da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias, desse algumas palavras. Ela destacou que ele tem contribuído não apenas em sua área específica, mas também de forma abrangente nos demais dias de discussão. **O conselheiro Dudson Carvalho** cumprimentou a todos desejando boa noite e se apresentou como conselheiro na cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias. Ele mencionou seu envolvimento em outros segmentos culturais além da sua área específica, enfatizando a importância do bem-estar de todos os fazedores de cultura. Fez uma breve descrição de sua vestimenta — está com usando camisa vinho, calça azul e sapato preto — e mencionou sua identidade miscigenada. Ele reconheceu que deveria ter se apresentado inicialmente e reiterou o compromisso de contribuir para o processo de discussão, observando a presença de diversos representantes de escolas de samba e cultura popular. Destacou que a maioria das pessoas presentes na reunião são patronos de artistas visuais, o que aumenta seu interesse em participar ativamente das discussões. Ele ressaltou que a força da cultura e o bem-estar do setor cultural como um todo são essenciais para gerar empregos e renda, não apenas para artistas visuais, mas também para profissionais da música, dança e outros campos artísticos. Enfatizou o potencial da cultura popular nesse contexto e agradeceu a presença de todos, reiterando seu compromisso em contribuir para o debate e para o fortalecimento do setor cultural. **Anne Paiva** cumprimentou a todos e se apresentou como integrante da Secretaria de Cultura, na Assessoria de Políticas Culturais. Ela descreveu sua aparência — mulher branca, estatura média, cabelo curto loiro, vestindo tênis marrom com vermelho, calça jeans claro, blusa creme, casaquinho vinho, argolas, relógio e colar indígena. Mencionou que a reunião estava estruturada para discutir tópicos relacionados aos editais e fez algumas perguntas ao grupo, como quem já estava inscrito no cadastro estadual de cultura, quem participou dos editais da LPG no ano anterior, e quem foi contemplado. Ela também perguntou sobre o interesse dos presentes em diversas áreas culturais como Carnaval, artesanato, folclore, capoeira, ações de grupos e saberes tradicionais. Mencionou que

seria interessante para o grupo saber mais detalhes sobre os editais passados da Secretaria de Cultura. Ela destacou que, na LPG, foi realizado um edital específico para cultura popular com diversas subdivisões, e a intenção é manter essa estrutura para futuros editais. Propôs que a discussão incluísse informações sobre recursos disponíveis e lembrou aos presentes sobre as reuniões realizadas no final de maio no Sambódromo, onde alguns detalhes já foram abordados, mas que agora seriam expandidos. Ela solicitou a permissão do grupo para continuar com o assunto. Propôs iniciar uma discussão sobre os tipos de editais realizados pela Secretaria de Cultura, buscando entender se todos concordam com o modelo atual ou se há ideias para novas abordagens no fomento cultural. Ela mencionou que foram preparados três modelos diferentes para apresentar ao grupo. O primeiro modelo discutido foi o de linguagem artística, caracterizado por editais amplos que distribuem recursos e vagas para modalidades como dança, teatro e circo. Explicou que o edital de cultura popular da LPG se encaixava na divisão por linguagem artística, abrangendo modalidades como Carnaval, folclore e artesanato. Ela propôs uma nova possibilidade de organização dos editais, que seria por objeto de projeto digital. Em vez de dividir por linguagens artísticas, seria dividido por categorias como festival, produção e ações de qualificação profissional. Nesse modelo, todos os projetos competiriam entre si, independentemente da linguagem artística específica. Destacou que isso poderia incluir vagas para pesquisa, desenvolvimento e produção, permitindo uma competição mais ampla e inclusiva. **Anne Paiva** apresentou outra possibilidade para os editais, que seria estabelecer um parâmetro mínimo e máximo de valor, permitindo que os proponentes escolham quanto seu projeto custará dentro desses limites. Ela mencionou o exemplo do edital Equipa Cultura realizado em 2020 e 2021, onde não havia um valor fixo para os projetos. Em vez disso, foi estabelecido um valor mínimo de 15.000 e máximo de 45.000, e os proponentes determinavam o valor específico dentro dessa faixa para seus projetos. Então convidou os presentes a manifestarem suas opiniões sobre esses seis modelos de editais discutidos, encorajando o debate e a troca de ideias sobre qual modelo poderia ser mais adequado ou inovador para futuros editais de fomento cultural. **Nestor Bengalak** se identificou como vice-presidente da Unidos da Cidade Nova e perguntou se o representante da cultura popular estava presente na reunião. **Anne Paiva** respondeu que acredita que ele não estava presente nem online, nem presencialmente naquele momento. Convidou os participantes a se manifestarem sobre os formatos e modelos de editais discutidos. **Rafael**, representante da capoeira e facilitador cultural, expressou sua preocupação em relação à necessidade de segmentação dos editais para evitar prejuízos a áreas específicas da cultura, como a capoeira. Ele destacou que muitos projetos relevantes dentro desse segmento não foram selecionados no passado, apesar de englobarem diversos aspectos culturais como a puxada de rede, a dança do maculelê e o frevo, que são manifestações relacionadas à capoeira. Mencionou que atualmente há um foco excessivo em apenas um tipo de manifestação cultural, como o Carnaboi, negligenciando outros segmentos. Ele também apontou a burocracia enfrentada por facilitadores culturais para obter apoio financeiro do governo estadual, especialmente da Secretaria de Cultura. Rafael enfatizou a importância dos editais como uma oportunidade crucial para os facilitadores culturais, defendendo a criação de categorias específicas dentro dos editais para beneficiar diversos segmentos culturais em diferentes áreas do estado, inclusive os projetos desenvolvidos na periferia e em bairros nobres. Ele concluiu ressaltando que são os próprios facilitadores culturais que fazem a cultura no estado. **Andarilha** cumprimentou a todos na reunião e trouxe à discussão a complexidade do setor da cultura popular, mencionando as diversas

áreas que o compõem, como o Folclore, o Carnaval, o Boi, a Capoeira, e outras manifestações como coco de roda e maracatu, presentes em Manaus. Ela enfatizou a necessidade urgente de defender recursos maiores para a cultura popular, citando uma proposta aprovada no Encontro Nacional de Cultura que destinava um incentivo adicional para essa área. Destacou que, durante a reunião no Sambódromo, abordou essa questão, ressaltando que é mais do que apenas ganhar um projeto individualmente, mas sim obter recursos significativos para beneficiar o setor como um todo. Ela lembrou que foi aprovado um percentual de 30% para as culturas populares e para a periferia, enfatizando a importância de lutar por essa proposta e pelo reconhecimento dos mestres e mestras da cultura popular. Ela concluiu reafirmando a necessidade de manter essa divisão clara e buscar firmemente os recursos destinados ao setor, dada a sua complexidade e importância cultural. **Mário Jorge**, presidente da Unidos do Alvorada, cumprimentou a todos e dirigiu sua pergunta a Anne Paiva sobre as vedações relacionadas aos servidores da SEC (Secretaria de Cultura). Ele expressou interesse na clareza e na coerência das restrições aplicadas aos conselheiros estaduais, questionando se existiam ou não vedações específicas para eles. **Anne Paiva** explicou que houve um questionamento por parte dos conselheiros estaduais sobre as vedações relacionadas à participação de servidores da SEC e que esse assunto foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para análise. Ela mencionou que estão aguardando uma resposta definitiva da PGE e que, assim que obtiverem essa resposta, irão conversar com os conselheiros e divulgar para toda a sociedade. **Mário Jorge** expressou sua preocupação com a falta de definição sobre as vedações para os conselheiros estaduais, mencionando que o representante do segmento Carnaval e Folclore foi suspenso ou afastado por questões relacionadas a sua participação na produção cultural. Ele destacou que todos os conselheiros são originários do setor cultural e são escolhidos para representar justamente essa comunidade, o que implica em influências nas decisões. Também compartilhou sua opinião de que os conselheiros não deveriam participar das decisões se estiverem diretamente envolvidos na produção cultural, argumentando que isso pode criar conflitos de interesse. Ele mencionou a questão da continuidade dos projetos culturais, comparando com políticas nacionais como a Lei Aldir Blanc, e enfatizou a importância da coesão dentro do setor cultural, especialmente no contexto da cultura do samba e suas divisões internas. **Anne Paiva** mencionou que foram estabelecidos percentuais de 10% para pessoas indígenas e 5% para pessoas, provavelmente referindo-se a cotas ou representação em algum contexto discutido nas reuniões no final de maio no Sambódromo. Ela mencionou também que existe uma discussão em andamento sobre a possibilidade de estabelecer cotas para pessoas LGBTQIAPN+, embora não haja uma definição específica na legislação atualmente. **Mário Jorge** mencionou que havia um montante total de 6.700.000 destinado para Artesanato, Capoeira, Carnaval, Folclore, grupos e possivelmente saberes tradicionais. Ele resumiu que isso significaria aproximadamente um milhão e cem mil para cada um desses segmentos, com cerca de quinhentos mil indo para áreas no interior. **Anne Paiva** concordou em colocar essa divisão no quadro para visualização e discussão posterior. **Mário Jorge** levantou questões sobre a distribuição de recursos entre os diferentes segmentos culturais, baseado em uma atividade específica numerada como número 6. Ele mencionou que fez cálculos matemáticos sobre como as cotas seriam distribuídas, utilizando exemplos como indígenas, negros e pessoas com deficiência (PCD), destacando a preocupação com a divisão desigual dos recursos. Ele enfatizou que 80% dos fazedores de cultura estão nos segmentos de Carnaval e Folclore, e

expressou a necessidade de uma proporção justa na distribuição dos recursos. Mário Jorge também trouxe à tona a questão da capoeira, argumentando que faz parte da ancestralidade negra e que não deveria haver preconceito racial na distribuição de recursos. Ele ressaltou que o artesanato, embora se enquadre em artes visuais, muitas vezes é realizado por indivíduos e não associações, o que pode colocá-los em desvantagem na competição por recursos. Ele concluiu mencionando que Manaus possui 26 escolas de samba e mais de 300 grupos de folclore, quadrilhas, cirandas, pastorinhas, entre outros, e expressou preocupação com a disponibilidade limitada de recursos, conforme entendia da forma como estava sendo apresentado. **Mário Jorge** esclareceu que suas preocupações são técnicas e não motivadas por preconceito. Ele enfatizou que no Carnaval todos os segmentos artísticos estão incluídos, assim como pessoas de diversas cores e orientações sexuais, incluindo indígenas que participam na produção de fantasias e outros aspectos culturais. Levantou a questão da proporcionalidade na distribuição de recursos, especificamente para o segmento do samba. Explicou que cerca de 400 entidades ligadas ao folclore e ao Carnaval em Manaus competem por recursos limitados, o que pode gerar preocupação sobre como esses recursos serão divididos de maneira justa. Destacou a importância econômica e cultural do Carnaval como um setor potente que gera economia criativa, investindo nas pessoas e produzindo cultura. Ele argumentou que a distribuição de apenas R\$ 200.000 para tantas entidades seria inadequada dada a demanda e a magnitude do Carnaval em Manaus. Ele concluiu reiterando que seu posicionamento é pessoal e não visa prejudicar nenhum segmento, mas sim assegurar uma divisão proporcional e justa dos recursos entre os diversos grupos culturais da cidade. **Luciane Ituassú** destacou que a reunião estava focada na discussão sobre o interior e no Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), mencionando as primeiras escutas realizadas no Sambódromo. Ela ressaltou que o prazo inicial para o PAAR era até 31 de maio, mas os conselheiros enviaram uma correspondência ao Ministério da Cultura solicitando prorrogação para poder ouvir mais classes e trabalhar de forma mais detalhada. Informou que o Ministério da Cultura atendeu ao pedido, estendendo o prazo até julho. Ela explicou que aproveitaram essa extensão para ajustar os valores, resultando em um edital de R\$ 9.000.000 para a cultura popular. A divisão igualitária entre os segmentos foi adotada, com cada um recebendo R\$ 1.500.000, buscando equilibrar os recursos entre eles. Ela reconheceu que essa distribuição pode não ser ideal, mas enfatizou que é uma forma inicial de trabalhar com os segmentos. Expressou a esperança de que, com mais mapeamento e feedback ao longo do primeiro ano da PNAB, possam melhorar a alocação de recursos nos anos subsequentes. Agradeceu a presença de todos e encorajou a apresentação de contrapropostas durante o diálogo. **Mestre Cristiano**, um defensor apaixonado da capoeira com 42 anos de dedicação ao segmento, expressou sua forte defesa pela inclusão da capoeira como um segmento distinto dentro da cultura popular. Originário do berço do samba na Praça 14, ele destacou a importância histórica e cultural da capoeira, enfatizando que é um componente vital da matriz africana e negro-brasileira. Para ele, a capoeira não apenas sobreviveu aos séculos, mas também contribuiu significativamente para o desenvolvimento de outras formas de expressão cultural popular, como as danças folclóricas. Ele rejeitou qualquer sugestão de que a capoeira não mereça seu lugar como segmento cultural, enfatizando que a luta pela sua valorização é justa e necessária, comparando-a positivamente com o reconhecimento dado ao hip-hop. **Anne Paiva** interveio para acalmar a discussão durante a reunião, pedindo aos participantes que mantivessem a calma e respeitassem a vez de cada um falar. **Mestre Cristiano**, enfatizando sua



posição sobre a capoeira como parte integrante da cultura popular, expressou sua opinião com veemência, reiterando a importância de incluir a capoeira como um segmento cultural reconhecido. **Anne Paiva** reforçou a necessidade de manter a ordem na reunião, pedindo aos presentes que aguardassem sua vez de se manifestar. **Carlos Fausto**, conhecido como Barquinho, iniciou sua intervenção na reunião saudando os presentes e descrevendo sua vestimenta com uma camisa do Vasco, calça azul e sandálias que utilizou no Natal passado. Ele enfatizou que não há discriminação contra o Carnaval e destacou a capoeira como parte essencial da cultura popular, um tema que ele estudou profundamente e com o qual se identifica pessoalmente. Barquinho concordou com Mário Jorge sobre a importância da proporcionalidade na distribuição de recursos, conforme explicado pela doutora durante a apresentação da tabela de divisão de verbas. Ele trouxe à tona as disparidades nos financiamentos entre diferentes grupos culturais, mencionando que "um boi recebe R\$ 300.000, não está discriminando o boi, foi a cultura popular também. E uma escola de samba, que leva 2.000 pessoas para a avenida, recebem cerca de R\$ 150.000." Esses exemplos ilustraram sua preocupação com a equidade na distribuição de recursos para todos os segmentos da cultura popular durante a reunião. **Anne Paiva** agradeceu aos presentes e aproveitou para destacar que os desembolsos de recursos serão realizados anualmente nos próximos cinco anos, seguindo a prática iniciada no ano passado, com reuniões como a atual para analisar resultados e gerar aprendizados a partir dos editais. Ela enfatizou a importância de cada classe perceber suas necessidades específicas ao longo do tempo, mencionando a possibilidade de ajustar o foco dos projetos de produção para qualificação profissional em anos subsequentes, dependendo das demandas identificadas. Também incentivou a reflexão sobre os resultados do último edital de cultura popular, destacando as dificuldades enfrentadas pelos concorrentes não contemplados e a dinâmica de subir cadastro reserva quando vagas de um segmento não são preenchidas. Ela sugeriu que separar os editais por segmento poderia evitar essas situações, deixando isso como um ponto de reflexão para os presentes. Ao final, ela abriu espaço para mais contribuições dos presentes antes de prosseguir com a apresentação, retornando ao slide anterior para continuar a discussão. **Livia Cássia**, presidente da Mocidade Independente do Coroadó, expressou sua preocupação durante a devolutiva da Cultura Popular, destacando que a proporção de recursos destinados ao Carnaval e à capoeira foi criticada devido à distribuição igualitária de valores e vagas entre esses segmentos. Ela argumentou que essa abordagem resultou na exclusão de muitos projetos capoeiristas que poderiam ser contemplados se a divisão fosse ajustada para refletir melhor as necessidades de cada grupo. Enfatizou que os recursos destinados ao Carnaval, especialmente às escolas de samba, são adequados para os grupos maiores, enquanto a capoeira e outros grupos menores poderiam ser mais beneficiados com uma alocação proporcional diferenciada. **Anne Paiva** ressaltou a importância de não necessariamente dividir igualmente os valores de contemplação entre os segmentos discutidos. Ela comparou com o edital de multilinguagens, onde áreas como literatura, música e dança receberam divisões diferenciadas dentro de um valor global comum. Destacou que essa abordagem poderia ser aplicada também no contexto da Cultura Popular, permitindo que cada modalidade recebesse uma alocação de recursos adaptada às suas necessidades específicas, mesmo mantendo o valor global do edital. **Rafael**, ao contribuir na discussão, destacou que muitas escolas de samba recebem recursos e incentivos governamentais, enquanto a capoeira enfrenta dificuldades significativas para desenvolver projetos sociais. Ele mencionou que,

mesmo sendo contemplado pela Lei Paulo Gustavo, enfrentou desafios na divulgação de suas atividades pela Secretaria de Cultura do Estado. Rafael enfatizou que a burocracia é uma barreira constante tanto no âmbito municipal quanto estadual, citando o exemplo de Iranduba, onde o secretário de cultura afirmou que a capoeira não faz parte da cultura local. Ele ressaltou a importância da capoeira como promotora da cultura, mencionando atividades como rodas, oficinas de artesanato e musicalização que contribuem para a preservação cultural. Rafael defendeu que a capoeira, apesar de ser tombada como patrimônio cultural, não recebe o devido reconhecimento e recursos necessários nos editais de cultura. Ele concluiu expressando a necessidade de mais espaço e recursos específicos para a capoeira nos editais, além de criticar as dificuldades enfrentadas pelos fazedores de cultura em acessar os recursos públicos destinados à cultura popular. **Livia Cássia** observou que os incentivos destinados às escolas de samba são direcionados especificamente para o desfile de Carnaval, sem abranger outras atividades ao longo do ano. Ela enfatizou que a cultura é um esforço contínuo durante todo o ano, contrastando com a necessidade das escolas de samba de mobilizar um grande número de ritmistas e artistas para o desfile na avenida. Mencionou os custos elevados envolvidos na preparação desses segmentos dentro das escolas de samba, especialmente na formação cultural. Ela ressaltou que os incentivos estaduais e federais são voltados exclusivamente para o Carnaval, sem contemplar outras formas de promoção cultural ao longo do ano. **Marcelo Rosa**, líder do grupo de Maracatu Pedra Encantada, uma manifestação afro-brasileira, destacou a importância das atividades culturais realizadas diariamente e semanalmente nas ruas. Ele enfatizou que durante oito anos tem conduzido oficinas abertas de maracatu em diferentes locais da cidade, formando ritmistas e um grupo de apresentação com mais de 20 integrantes. Marcelo mencionou as participações do Maracatu Pedra Encantada em eventos como desfiles de escolas de samba e destacou a conexão do maracatu com a história e a religiosidade da comunidade. Ele expressou preocupação com a disparidade percebida ao atribuir valores menores para grupos como o seu, que mantêm atividades contínuas ao longo do ano. Marcelo defendeu que os incentivos devem ser distribuídos de forma igualitária entre todos os segmentos culturais, tanto na capital quanto no interior. Ele ressaltou que a estrutura e os recursos disponíveis para grandes escolas de samba não devem diminuir a importância dos grupos menores que atuam constantemente para promover a cultura popular. Marcelo concluiu destacando a importância de preservar e continuar avançando nas conquistas culturais já alcançadas. **Ludimar Kokama** iniciou sua fala se apresentando como representante do segmento de cultura indígena do estado do Amazonas e expressou interesse em revisar os valores apresentados anteriormente durante outra apresentação. **Anne Paiva** solicitou que a apresentação voltasse para a planilha correspondente para que Ludimar Kokama pudesse revisar os valores mencionados anteriormente. **Ludimar Kokama** apontou para Anne Paiva que os valores mencionados se referem à cultura popular, mas não foram apresentados durante o seminário anteriormente realizado. **Anne Paiva** respondeu, não, exatamente. **Ludimar Kokama** enfatizou que o valor de 10.000.000 foi apresentado para os segmentos que têm assento dentro do CONEC. **Ludimar Kokama** expressou sua preocupação com a distribuição dos recursos entre os diferentes segmentos culturais. Ele destacou que, como representante do segmento de cultura indígena no CONEC, os valores foram distribuídos de maneira desigual, prejudicando alguns grupos. Mencionou que durante a plenária e no seminário, questionou a justificativa por trás da alocação de 1.413.000 para seu segmento, enfatizando a importância de uma

distribuição equitativa dos recursos entre os diversos setores culturais representados. Expressou sua perplexidade com a forma como os valores foram distribuídos entre os diferentes segmentos culturais, enfatizando que ele não participou da redação da lei que regula essas alocações. Ele defendeu a posição que foi estabelecida durante a plenária e no seminário, questionando como o montante de 1.413.000 foi decidido e distribuído para seu segmento específico. Destacou a importância de uma apresentação clara e detalhada durante o seminário para discutir essas divisões, observando que ele levantou questões sobre a metodologia utilizada para chegar a esses valores, especialmente em relação às 11 cadeiras de representação no CONEC. Além disso, mencionou a aplicação da lei de cotas, que, segundo ele, deveria ser proporcional à população de cada região, destacando as diferenças entre a população negra e indígena no Amazonas em comparação com outras regiões do país. Ele questionou a aplicabilidade das cotas e pediu esclarecimentos sobre a forma como as decisões foram tomadas em relação aos grupos culturais, incluindo o artesanato, que, segundo ele, também merece representação adequada nos processos decisórios. Anne Paiva explicou que todos os editais serão estruturados com cotas, assegurando representação para pessoas negras, indígenas e PCDs, conforme estabelecido pela legislação. Ela ressaltou que não há um edital específico apenas para essas cotas dentro do contexto da cultura popular, mas que cada edital geral incluirá essas medidas de inclusão. Anne enfatizou a importância de garantir a equidade e a representatividade nas políticas culturais, mencionando a possibilidade de incluir outras cotas, se necessário, para promover a diversidade e a inclusão dentro dos processos de seleção. A Secretaria de Cultura do estado não segue o mesmo modelo operacional que o ManausCult. Enquanto o ManausCult baseia seus editais conforme cada cadeira do Conselho Municipal de Cultura, a Secretaria de Cultura abrange outras realidades e situações que não são explicitamente contempladas por essas cadeiras. Existem editais e iniciativas que visam incorporar segmentos que não estão representados diretamente nas cadeiras do conselho. Um exemplo disso é o próximo edital que será lançado para bolsas de pesquisa, que não está diretamente relacionado aos segmentos discutidos aqui nesta reunião. explicou que não existe uma cadeira específica para pesquisa no Conselho Estadual de Cultura, mas que a legislação permite essa flexibilidade. Ela destacou que a necessidade de desenvolvimento de pesquisas na área cultural foi identificada com base nos resultados dos últimos editais, refletindo uma demanda ampla dentro da classe artística. Por isso, a Secretaria planeja lançar um edital dedicado à pesquisa, apesar da falta de uma estrutura formal para isso no conselho. Enfatizou que a diversidade cultural do estado não pode ser reduzida aos grupos mencionados, como o maracatu, gambá e pastorinhas. Ela ressaltou a importância de reconhecer e incluir outros grupos minoritários, utilizando o termo "grupos" para garantir que todos saibam que têm espaço e oportunidade de participar dos processos culturais promovidos pela Secretaria. Explicou que participar na categoria de grupos é fundamental para garantir que os grupos minoritários também tenham oportunidade de se desenvolver. Ela enfatizou que compreende as necessidades e os desafios enfrentados pelos grupos de Carnaval, reconhecendo a complexidade e o número de pessoas envolvidas nessa manifestação cultural. No entanto, Anne ressaltou que, se considerarmos o número de pessoas cadastradas no cadastro estadual da cultura, o Carnaval não é necessariamente o maior em termos de abrangência. Portanto, ela defende uma divisão equitativa que leve em conta todos os segmentos culturais cadastrados, proporcionando oportunidades justas e refletindo

sobre as diversas possibilidades de serem realizados nos editais. **Cleudo Barroso**, conhecido como Caçula e presidente da escola de samba Grande Família do São José na zona leste, expressou sua preocupação com a definição de grupos na distribuição de recursos culturais. Ele ressaltou que para aqueles de fora, a categorização pode parecer abstrata, mas para ele e os envolvidos, a cultura não é apenas uma fonte de vida, mas sim vivida intensamente. Em seu primeiro ano como presidente, enfatizou seu envolvimento desde jovem com a escola de samba, atuando como ritmista e cantor, e como a escola abrange várias formas de expressão cultural, incluindo artesanato, canto, e outras formas mencionadas como capoeira e maracatu. Ele compartilhou a percepção de que esses grupos culturais frequentemente são marginalizados e negligenciados, apesar de suas habilidades e contribuições significativas para a sociedade. Ressaltou a importância de investimentos e patrocínios adicionais além dos recursos limitados recebidos para desfiles de escolas de samba, argumentando que com mais apoio, as escolas poderiam abrir suas portas para atividades culturais o tempo todo, beneficiando não apenas o samba, mas também a capoeira, o maracatu, o hip hop e outros segmentos culturais. Ele concluiu pedindo que as autoridades governamentais valorizem mais a cultura de maneira geral, enfatizando que um olhar mais atento e generoso poderia trazer melhorias substanciais para todos os envolvidos na preservação e promoção da cultura brasileira. **Dudson Carvalho**, artista visual e defensor dos grupos culturais, fez uma defesa apaixonada em nome dos artistas que atuam em diferentes áreas como artes plásticas, Carnaval, boi-bumbá e ciranda. Ele expressou a necessidade de um cadastro mais abrangente na Secretaria de Cultura (SEC), que reconheça e valorize a diversidade de habilidades e atuações dos artistas. Enfatizou a importância de garantir que escolas de samba, grupos folclóricos e todos os envolvidos na cultura tenham peso equivalente nos recursos e apoios disponíveis. Ele concordou com o colega Mário sobre a importância da proporcionalidade e da igualdade de oportunidades para todos os segmentos culturais. Defendeu que é necessário encontrar um caminho para evitar conflitos e divisões entre os grupos, e enfatizou que é injusto criminalizar ou desvalorizar o segmento do samba pelo fato de receber apoios municipais, estaduais e buscar recursos adicionais. Destacou que os recursos destinados às escolas de samba não cobrem todos os custos envolvidos na preparação para o desfile, como manutenção de barracões e quadras, e argumentou que esse suporte é crucial para iniciar e manter um trabalho cultural contínuo. Ele propôs um planejamento estratégico a longo prazo, onde o investimento inicial seja seguido por um acompanhamento periódico dos resultados e do impacto gerado ao longo de vários anos. Disse que a SEC poderia contemplar e apoiar de forma eficaz o pleito das escolas de samba, visando o crescimento sustentável e o fortalecimento do legado cultural dessas instituições ao longo do tempo. **Carlos Fausto, conhecido como Barquinho**, trouxe à discussão a inclusão de outro segmento importante: o pessoal da economia solidária. Ele destacou que muitas pessoas desempregadas e sem acesso a microempresas contribuem ativamente nas escolas de samba. Esses indivíduos, segundo Carlos, são frequentemente esquecidos pelo governo estadual, municipal e até mesmo pelo governo federal. Ele enfatizou a necessidade de reconhecimento e apoio para esses trabalhadores da economia solidária, que desempenham um papel significativo nas atividades das escolas de samba. Carlos sugeriu que esse segmento seja formalmente incluído nas políticas de suporte cultural, garantindo que também sejam beneficiados pelos recursos e iniciativas destinados à cultura. **Mário Jorge** expressou sua perspectiva como fazedor de cultura, enfatizando que todos compartilham o mesmo ideal e não há divergências ou

preconceitos entre os segmentos. Ele destacou que sua intervenção se concentrou na questão técnica da distribuição proporcional dos valores nos editais, sem entrar no mérito de priorizar um segmento sobre o outro. Ressaltou a importância de fomentar os 26 trabalhos anuais das escolas de samba, que englobam oficinas de dança, música e artes visuais, entre outras vertentes culturais. Ele mencionou o papel inclusivo das escolas de samba, que acolhem diversas expressões culturais, incluindo LGBTQs, pessoas negras e de diversas etnias. Ele também trouxe à tona a questão do artesanato e indígenas, defendendo uma reavaliação técnica na distribuição de recursos para incluir adequadamente esses segmentos. Argumentou que, embora os artesãos não tenham a mesma visibilidade quantitativa do Carnaval, eles desempenham um papel crucial na cultura popular e merecem apoio equivalente. Finalizando, fez uma sugestão para que o artesanato seja realocado para categorias como artes visuais e beneficiado com recursos mais substanciais. Ele destacou a importância de um incentivo mais robusto para garantir impacto efetivo na comunidade, enfatizando que sua abordagem visa fortalecer a diversidade cultural sem desmerecer nenhum segmento específico. **Leina Tavares** expressou sua opinião durante a reunião, destacando a importância das cotas como uma realidade necessária para promover a equidade entre povos indígenas e negros. Ela enfatizou que as cotas não devem ser objeto de debate, mas sim de implementação direta para garantir representação e inclusão adequadas. Além disso, ressaltou que cada segmento cultural possui seu próprio valor intrínseco, sendo os editais uma forma de fortalecer e apoiar essas expressões. Ela reconheceu que a cultura não depende exclusivamente dos editais para existir, mas que esses recursos adicionais são essenciais para fortalecer as práticas culturais em diversas comunidades. Também abordou a necessidade de reconhecer e valorizar grupos culturais que muitas vezes são esquecidos ou subestimados, como os rezadores de almas, os grupos de gambá e os cordões de pássaros, que são fundamentais para a diversidade cultural do Amazonas. Ela defendeu a ideia de que os editais devem contemplar todo o estado, não apenas Manaus, e garantir oportunidades para que grupos distantes e menos visíveis também participem. É crucial evitar a sobreposição de segmentos culturais e reconhecer o valor único de cada um na contribuição para a sociedade, educação e cultura em geral. Enfatizou que subestimar o trabalho dos que estudam e desenvolvem os editais é diminuir o valor cultural de cada segmento representado, reforçando a importância de uma abordagem inclusiva e respeitosa na distribuição de recursos e apoio cultural. **Anne Paiva** agradeceu a intervenção de Leina e aproveitou para abordar o desconforto perceptível em relação à divisão dos valores nos editais. Ela propôs que fosse realizada uma nova conversa com o conselho para discutir novamente as divisões dos editais. Anne enfatizou a importância de chegar a um acordo com o conselho sobre como os recursos serão distribuídos, para então compartilhar essas decisões com o grupo. **Luciane Ituassú** explicou que as escutas realizadas não estabelecem decisões definitivas. Elas servem como proposições e sugestões para o processo de elaboração dos editais, que ainda passarão por consulta popular quando as minutas estiverem prontas. Enfatizou a importância de mobilizar a classe artística para contribuir durante essa etapa. Mencionou que as divergências de proposições entre os conselheiros devem ser discutidas internamente no conselho estadual de cultura, pois são os gestores do fundo. Essa discussão visa verificar as possibilidades e necessidades de cada segmento cultural, antes de retornar com uma devolutiva para o grupo. Destacou que a construção dos editais envolve critérios, participação, metodologia e avaliação, e que o diálogo com o grupo precisa ser alinhado com as decisões do conselho. Portanto, propôs que a

equipe volte ao conselho estadual para discutir as demandas levantadas, a fim de construir uma abordagem conjunta que considere as diferentes perspectivas e necessidades da cultura popular. **Anne Paiva** ressaltou que os conselheiros têm um titular e um suplente para cada cadeira. Ela mencionou que houve uma confusão com os nomes, especificando que a conselheira Marly, e não Lucimar, ocupava a posição. Também indicou que se houve solicitação por escrito ou documentação para análise, isso seria considerado, e se deferido, a conselheira suplente poderia assumir o cargo. **Mário Jorge** expressou suas preocupações com a estrutura do conselho, observando que a colocação do Folclore e do Carnaval em uma única cadeira limita sua representatividade. Ele enfatizou que esses são segmentos de alta potência cultural, abrangendo diversas danças e vertentes significativas. Destacou a desproporcionalidade na divisão de recursos quando situações como essa são tratadas dessa maneira. Ele defendeu que todos os segmentos culturais, grandes e pequenos, merecem ser prestigiados, elogiando o esforço do conselho em incluir as minorias, mas ressaltando a importância de avaliações criteriosas na distribuição de recursos para atender equitativamente às necessidades de todos. Mário, um fazedor de cultura há 30 anos, mencionou sua trajetória como músico e brincante de Diamante Negro, além de sua experiência anterior como presidente e procurador da escola. Expressou sua preocupação em manter atividades ao longo do ano na escola e mencionou o apoio de um grupo com pessoas do governo envolvidas em buscar soluções para a cultura. Mário enfatizou que busca parcerias com entidades que promovem a cultura como um todo, agregando o máximo de presidentes possível para fortalecer essas colaborações. Argumentou que a cultura do samba, como o maior segmento cultural do país, não pode ser equiparada na distribuição de recursos da forma atual, que, segundo ele, beneficia minorias em detrimento de outros segmentos. Ele criticou a imposição de cotas pelo governo federal com base na cor da pele, etnia ou preferência sexual, considerando isso preconceituoso. Para concluir, agradeceu pela oportunidade e propôs a necessidade de um representante exclusivo para a cultura do samba no conselho, destacando a importância de defender os interesses desse segmento no plano nacional da Aldir Blanc. Ele mencionou a ausência de ação de um conselheiro que se comprometeu a representar seus interesses anteriormente e ressaltou as dificuldades logísticas enfrentadas pela suplente que reside em Itacoatiara. Observou que sua proposta e a do conselho ficam em pauta para avaliação pelo pleno e questionou quem defenderá os interesses da cultura do samba na ausência de representação adequada. **Anne Paiva** pediu desculpas ao mestre e informou que no Instagram do grupo havia um formulário disponível para coletar opiniões individuais. Ela sugeriu que todos abrissem o link e preenchessem as informações, pois estas seriam consideradas para o conceito do Instagram da Secretaria de Cultura do AM. **Mestre Cristiano** destacou sua trajetória de 42 anos dedicados à capoeira no Amazonas, mencionando suas origens na Praça 14, Thiago Messi Samba e Vitória Régia. Ele enfatizou a importância da capoeira na região, revelando que há 102 grupos ativos no estado e mais de 5000 capoeiristas, conforme pesquisa realizada pelo IFAM. Cristiano celebrou o lançamento de um livro sobre o tema, considerando cada avanço uma vitória para a capoeira, que tem quase 115 anos de história no Amazonas e 52 anos como prática acadêmica. Ele também mencionou seu papel no Fórum Permanente de Capoeira do Estado e como conselheiro da Promoção da Igualdade Racial no Governo Federal, ressaltando a importância de representação e reconhecimento para a comunidade capoeirista. Ele enfatizou que estão determinados a lutar por seus objetivos étnicos e pela causa da capoeira. Mencionou a presença de outros capoeiristas ao seu lado, como Letícia, e

expressou sua convicção de que estão todos na mesma batalha. Cristiano reiterou sua dedicação à capoeira, destacando sua presença constante na rua Eduardo Ribeiro durante 17 anos, independentemente das condições climáticas. Ele ressaltou a importância de alcançar reconhecimento e apoio para os capoeiristas na Amazônia, considerando o desafio de trabalhar com Cultura Popular Preta. Ele compartilhou a dificuldade de estabelecer o conselho de promoção da igualdade racial ao longo de 20 anos, enfatizando que todos têm o direito de se envolver e buscar apoio no conselho da SEJUSC. Cristiano reafirmou sua posição de não estar em discussão, mas sim de expressar a importância da luta pela capoeira no Amazonas, lembrando do primeiro barracão na Praça 14 de Janeiro, conhecido como Jaqueirão, desde 1980. Ele alertou para a mobilização de mais de 5.000 capoeiristas no estado, caso se sintam afetados, prometendo agir com determinação para fazer as coisas acontecerem, com a graça de Deus. **Gláucio Coelho** se apresentou como presidente da Tradição Leste. Ele fez duas perguntas à doutora em relação ao Mário Jorge, que havia perguntado sobre o conselheiro da empresa. Mencionou que a doutora Anne havia mencionado que iria reunir os conselheiros para discutir os acontecimentos em questão. Ele então questionou se a doutora resolveria reunir o conselho antes ou depois de resolver a situação do conselheiro Elson. **Luciane Ituassú** mencionou que o processo provavelmente recebeu um número específico e segue por diversos setores para passar por uma instrução técnica completa e avaliação. **Gláucio Coelho** expressou preocupação com a ausência de seu representante para resolver um dos assuntos pendentes. Ele questionou se ficariam à mercê dos demais conselheiros na situação mencionada. **Luciane Ituassú** explicou que não podia afirmar que o afastamento ocorreria, pois era necessário analisar o pleito e o regimento interno do conselho. Ela mencionou que seria feita uma verificação e análise, e a decisão seria deliberada. Acrescentou que eles seriam informados sobre prazos e quando isso poderia acontecer, mas neste momento não conseguia fornecer mais informações. **Gláucio Coelho disse: então**, resumindo, vai ter a reunião do conselho, vai ser resolvido o que está sendo discutindo a noite toda aqui, na ausência do conselho. Questionou se a suplente estaria presente na reunião para decidir sobre o afastamento, ao que **Luciane Ituassú** respondeu que ela poderia participar. Gláucio então perguntou se ela realmente participaria, e Luciane indicou que isso dependia da suplente. **Gláucio** expressou preocupação que a decisão seria tomada sem a presença do representante, ao que **Luciane** respondeu que precisavam analisar a situação. **Gláucio** comentou que haviam passado a noite discutindo em vão, e **Luciane** concluiu que eram palavras dele. **Gláucio Coelho** expressou sua preocupação com a ausência do representante na decisão sobre o afastamento, mencionando que haviam apresentado documentação sobre o assunto. Ele argumentou que o conselheiro em questão tinha interesses pessoais envolvidos e não estava cumprindo suas responsabilidades adequadamente, algo que, segundo Gláucio, era conhecido há bastante tempo pela equipe. **Luciane Ituassú** apontou que o conselheiro em questão representa a sociedade civil e um segmento específico que também necessita ter voz. Ela mencionou que, segundo Mário Jorge, esse segmento havia se manifestado por meio de um documento oficial apresentado à Secretaria. **Gláucio Coelho** sugeriu que deveria haver uma agenda definida pela equipe para resolver a questão antes de reunir todos os conselheiros. Ele enfatizou que o conselheiro ausente é crucial para assuntos importantes, como o folclore e o Carnaval. Gláucio expressou preocupação de que decisões fossem tomadas sem a presença e participação do conselheiro representante, considerando isso inaceitável. **Luciane Ituassú** esclareceu que a Secretaria não estava afirmando isso.

Ela explicou que, com o conhecimento do documento entregue, o processo será iniciado e avaliado, possibilitando antecipar e verificar a situação de forma justa para um retorno ao conselho sem problemas. Enfatizou que, na sua posição atual, não conseguia precisar um prazo exato, mas que o processo seria analisado e não estava descartando a apreciação do mesmo. **Gláucio Coelho** perguntou se a reunião do conselho aconteceria sem a presença dele, focando nesta questão específica. **Anne Paiva** explicou que não é possível garantir a presença de alguém em uma reunião que ainda será agendada. Ela destacou que imprevistos, como ausência por motivos de saúde ou outras circunstâncias, podem ocorrer. Detalhou que a Secretaria informa sobre a convocação da reunião extraordinária em uma data específica, e os conselheiros têm a opção de comparecer ou não. Quando o conselheiro titular não está presente, ele é substituído pelo suplente designado. **Gláucio Coelho** expressou frustração com o fato de o conselheiro ser convocado mas não dar qualquer resposta sobre sua participação na reunião. Ele criticou a falta de comunicação e mencionou que, idealmente, a suplente deveria estar presente em seu lugar, mas isso não estava acontecendo. Enfatizou que havia uma total omissão nesse processo. **Anne Paiva** acredita que o conselheiro esteve presente na última reunião ordinária. **Gláucio Coelho** contestou, dizendo que ele compareceu apenas para defender seus próprios interesses e depois se retirou. **Anne Paiva** reiterou que ele esteve presente na reunião ordinária e tem participado das reuniões do conselho. **Luciane Ituassú** explicou que o assunto será avaliado sem problemas, mas ela não pode fornecer informações precisas ou assumir falas de terceiros. Ela destacou que só pode falar com base no conhecimento que possui e não faz suposições ou deduções. Enfatizou que a Secretaria age com base em informações concretas e não especula sobre situações. **O conselheiro Dudson Carvalho** fez um esclarecimento em relação ao conselho, destacando que ele, e os conselheiros Ludimar e Mencius assumiram seus papéis há algumas semanas atrás. Ele mencionou que voltaram atrás no tempo para discutir a reunião no sambódromo que aconteceu recentemente. Ressaltou que eles estão focados em analisar as questões e garantir que sejam tratadas de forma justa e adequada pelo pleno do conselho, composto pelas pessoas eleitas para representar suas respectivas cadeiras. Expressou seu compromisso em contribuir positivamente com o processo, buscando um denominador comum entre as partes envolvidas. Solicitou compreensão de todos os presentes e online, enfatizando a importância de avançar com os processos necessários para o bem da comunidade. **Luciane Ituassú** agradeceu ao conselheiro pela contribuição, mas afirmou que não tinham condições de prosseguir. Ela agradeceu a presença de todos e mencionou que os pleitos discutidos seriam levados em consideração. Luciane encerrou a 8ª sessão de escuta naquele momento.

Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por todos.